

COMBATE AO EXTREMISMO VIOLENTO EM CABO DELGADO

Governo deve informar os moçambicanos sobre acordos assinados com regime de Kigali durante a visita de Paul Kagame

- O Presidente da República afirmou ontem que os governos de Moçambique e do Ruanda “tomaram decisões importantes” sem, no entanto, precisar o que foi efectivamente decidido e em que área de cooperação se enquadra. Filipe Nyusi falava nas celebrações do 25 de Setembro, Dia das Forças Armadas, cujas cerimónias centrais tiveram lugar em Pemba, em Cabo Delgado, e contaram com um convidado de honra: Paul Kagame, Presidente do Ruanda. Na sexta-feira, primeiro dia de visita de Paul Kagame a Moçambique, houve assinatura de acordos entre as autoridades moçambicanas e ruandesas, mas o conteúdo não foi tornado público.



O secretismo em volta das “decisões importantes” e dos acordos assinados com o regime de Kigali acontece numa altura em que não está claro que preço é que Moçambique vai pagar pela intervenção militar do Ruanda na luta contra o extremismo violento em Cabo Delgado. Apesar de Filipe Nyusi e Paul Kagame insistirem na narrativa segundo a qual a presença de tropas ruandesas surge no contexto das boas relações bilaterais entre os dois Estados e a mesma é financiada pelo Governo ruandês e não acarreta custos futuros para Moçambique, o facto é que persistem dúvidas sobre a engenharia financeira desta operação.

Em Julho, os moçambicanos tomaram conhecimento do destacamento de tropas ruandesas através de um anúncio feito pelo Governo de Kigali, em que afirmava que o envio de militares era em resposta ao pedido formulado pelo Executivo moçambicano de apoio na luta contra o extremismo violento em Cabo Delgado. Antes do início do destacamento de tropas ruandesas, o Governo de Filipe Nyusi nunca tinha informado os moçambicanos sobre uma eventual intervenção militar do Ruanda em Cabo Delgado.

Até aqui não se sabe quando é que irá terminar a intervenção militar do Ruanda. “O Presidente e o povo de Moçambique estão à frente do assunto e irão informar-nos sobre a duração do nosso mandato aqui”, afirmou o Presidente do Ruanda na sexta-feira, durante a visita à Base Naval de Pemba para saudar as tropas do seu País. Na mesma ocasião, Paul Kagame disse que a nova tarefa que se segue é “continuar a reconstruir e proteger” Moçambique, dando a entender que a presença de tropas ruandesas em Cabo Delgado será prolongada, ao contrário da Força da SADC, cuja missão termina a 15 de Outubro. “A cada vez, a cada passo, avaliamos o que precisa de ser feito. A necessidade de ficar e por quanto tempo, será naturalmente conforme o progresso feito”, clarificou Paul Kagame.

Na Base Naval de Pemba, Filipe Nyusi imitou o seu homólogo ruandês e apresentou-se vestido de camuflado militar, sendo a primeira vez que o fazia desde que chegou à Presidência da República, em Janeiro de 2015. A visita foi dominada por elogios de Filipe Nyusi ao “amigo Paul Kagame” e às tropas ruandesas que em dois meses ajudaram as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) a recuperar importantes zonas que eram controladas por extremistas violentos há quase um ano, como a localidade de Awasse e Posto Administrativo de Mbau (no Distrito da Mocímboa da Praia), a estratégica vila municipal da Mocímboa da Praia, além da destruição de importantes bases inimigas.



O Presidente da República disse que a força conjunta formada por militares moçambicanos e ruandeses é um exemplo para África. “Este é um exemplo para África em que duas forças funcionam, trabalham e, à margem, também têm outra força dos nossos amigos da região. Mas há coordenação plena que permite um grande trabalho”. Filipe Nyusi voltou a distribuir elogios às tropas ruandesas: “Os soldados ruandeses mostraram um grande respeito pelos nossos cidadãos. São amados e respeitados. Os nossos soldados estão-vos eternamente gratos e esperamos continuar a reconstruir para melhorar a vida dos nossos cidadãos”.

Contrariando o Comandante-Geral da

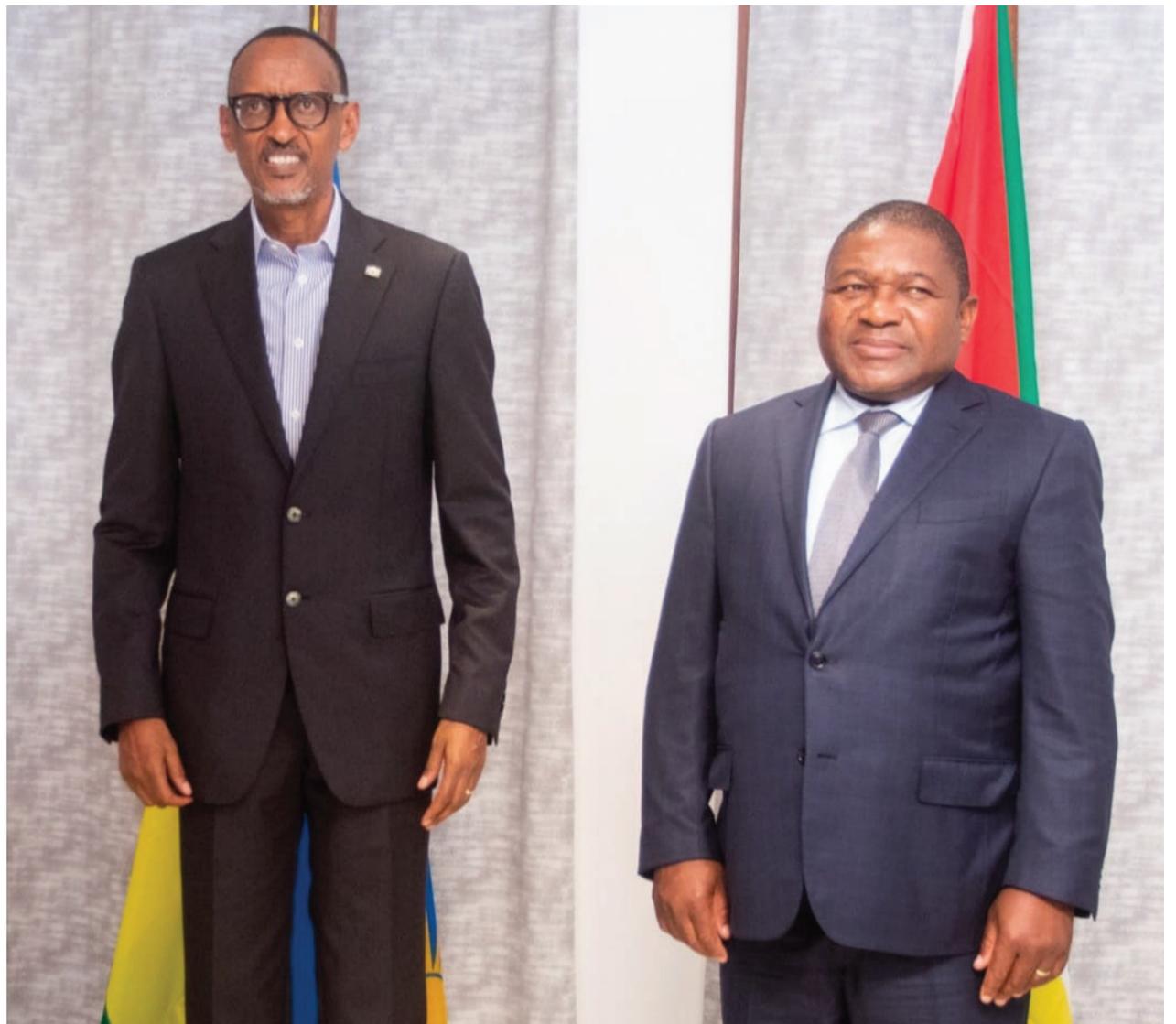
Polícia que há duas semanas apelou à população de Quissanga para regressar às suas casas, alegando que o distrito já estava seguro, o Presidente da República deixou claro na conferência de imprensa deste sábado que, apesar de algumas conquistas, ainda é cedo para celebrar vitória sobre o extremismo violento em Cabo Delgado. Filipe Nyusi disse que ainda há muito trabalho por fazer nas zonas recuperadas, por isso apelou à população deslocada para aguardar pela orientação das autoridades sobre o retorno às zonas de origem em condições de segurança. Nas últimas duas semanas, pelo menos 17 pessoas foram assassinadas em três aldeias de Quissanga, o mesmo distrito que

o Comandante-Geral da Polícia, Bernardino Rafael, declarou-o como livre e seguro para o retorno da população.

Nyusi garantiu ainda que a retoma dos projectos de gás natural da Bacia do Rovuma assim que as condições de segurança estiverem criadas. “As empresas que deixaram de estar na zona, não saíram porque queriam sair, não foi por belo prazer, saíram porque eram zonas de guerra. Acreditamos que logo que esta questão estiver esclarecida ninguém vai querer perder uma oportunidade de explorar o que aquela zona tem”. Além de acções de combate, decorre a formação, capacitação e apetrechamento das Forças de Defesa e Segurança para garantirem a segurança depois da retirada das tropas ruandesas e da missão da SADC. “É uma guerra nova da qual estamos a aprender. Neste momento em que estamos a ter um apoio, o que temos estado a fazer é, em simultâneo, ir capacitando as FADM, para poder fazer face ao período posterior à estadia das forças exteriores”.

A visita de Paul Kagame aumentou o medo da comunidade ruandesa residente em Moçambique, cujos membros destacados têm sido alvos de perseguição, raptos e assassinatos. A 13 de Setembro, o vice-presidente da Associação dos Refugiados Ruandeses em Moçambique (ARRM), Revocant Karemangingo, foi morto a tiro perto da sua residência, no Bairro Liberdade, Cidade da Matola. O assassinato de Karemangingo ocorreu quatro meses depois do rapto de Ntamuhanga Cassien, jornalista ruandês que vivia em Moçambique há quatro anos. A comunidade ruandesa não tem dúvidas de que os assassinatos e desaparecimentos forçados de seus membros são encomendados pelo regime de Kigali.

Na sexta-feira, a ARRM denunciou a existência de uma lista de refugiados ruandeses que devem ser eliminados pelos esquadrões de morte do Governo de Paul Kagame. A lista foi elaborada pelo regime de Kigali e inclui refugiados ruandeses que estão em Moçambique e em outros países africanos. A denúncia foi feita durante uma mesa-redonda sobre “O direito à vida e à segurança dos refugiados ruandeses em Moçambique”, organizada pelo Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), em parceria com a Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos (RMDDH).



**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana e Betuel Chau
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

